-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS –

Em relação à elaboração das demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes, considerando a legislação societária e a normatização contábil vigentes.

51 As modificações verificadas ao longo do exercício no saldo de caixa e seus equivalentes devem ser segregadas, pelo menos, em operacionais, de financiamentos e de investimentos.

52 No balanço patrimonial, os impostos diferidos ativos integram o grupo de ativos circulantes.

53 O resultado do exercício social evidenciado na demonstração do resultado do exercício é obtido pelo confronto entre as receitas e rendimentos auferidos e as despesas e perdas incorridas, independentemente de ter havido qualquer movimentação de caixa.

54 Caso a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresente coluna própria para demonstrar os outros resultados abrangentes, nenhuma outra demonstração deverá ser elaborada sobre esse tema.

55 O valor do efeito tributário associado a cada elemento que integra os outros resultados abrangentes pode, alternativamente, ser divulgado na demonstração do resultado abrangente.

A respeito da mensuração de ativos e passivos pelo valor justo, julgue os itens que se seguem.

56 O valor justo, ainda que inicialmente baseado no mercado, é específico para cada entidade, haja vista a sua estrutura particular de custos e as suas intenções quanto ao item patrimonial que pretende mensurar.

57 É prejudicada a mensuração a valor de justo das transações realizadas entre agentes relacionados, como uma matriz e uma filial ou o controlador e a controlada.

58 São irrelevantes as características do ativo ou do passivo cujo valor justo se pretende mensurar.

59 Quando utilizada a abordagem da receita para mensuração do valor justo de um item patrimonial, expectativas de mercado em relação a valores futuros devem ser consideradas.

60 Além do preço do ativo no mercado, os custos de transação, mesmo os que não compõem as características do ativo, devem ser incluídos para fins de mensuração pelo valor justo.

No que se refere a investimentos em coligadas e controladas, julgue os itens subsequentes.

61 Um investidor que exerce influência significativa sobre determinadas decisões de uma empresa a tem como sua coligada.

62 A influência significativa evidencia-se pela ocorrência de controle individual ou conjunto de uma entidade.

63 O método da equivalência patrimonial pressupõe o reconhecimento inicial de um investimento em coligada pelo seu custo, sendo este valor aumentado ou diminuído posteriormente, de acordo com os resultados da coligada.

64 Se um investidor assumir o controle de uma empresa anteriormente classificada como coligada, ele deve, no prazo de até seis meses, descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial na avaliação desse investimento.

Acerca de análise econômico-financeira, julgue os próximos itens.

65 Considerando-se que o índice de endividamento revele quanto uma entidade utiliza de recursos de terceiros para cada unidade monetária de capital próprio, é correto afirmar que, na situação em que esse indicador seja de 0,90 e a entidade utilize R$ 900 mil em recursos de terceiros, os recursos próprios somarão R$ 1,0 milhão.

66 Considere que a participação de capitais de terceiros no financiamento do ativo total de uma entidade seja dada pelo índice de dependência financeira e que, em dado momento, a entidade possua 0,60 de dependência financeira e um ativo de R$ 1,0 milhão. Nessas condições, o volume de recursos próprios utilizados no financiamento do ativo é de R$ 500 mil.

67 Se o volume de ativos de caráter permanente de uma entidade supera seu montante de capitais próprios, então os capitais de terceiros superam os ativos não permanentes.

68 A qualidade das obrigações de uma entidade para com terceiros, em termos de prazo, pode ser obtida pelo índice de composição das exigibilidades, que relaciona os capitais de terceiros de curto prazo com os capitais de terceiros totais; nesse caso, um indicador superior a 0,50 revela preponderância de capitais de terceiros de longo prazo no passivo total.

69 A metodologia de análise horizontal é baseada em números adimensionais.

70 A análise vertical, diferentemente da horizontal, tem aspecto temporal e utiliza números índices.

Julgue os itens a seguir, a respeito do regime orçamentário e da mensuração de provisões e passivos contingentes no setor público.

71 Para atender ao regime orçamentário, a receita orçamentária deve ser reconhecida apenas no momento da sua arrecadação.

72 O valor contábil da provisão diminui a cada período para refletir o seu valor justo quando o desconto a valor presente é utilizado.

73 O aumento no valor contábil de uma provisão deve ser reconhecido como uma despesa financeira.

74 Os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados para que se determine se o seu potencial de serviços se tornou possível.

Acerca do ambiente e das características da informação de custos no setor público, julgue os itens subsequentes.

75 O custo do período deve ser apurado concomitantemente à execução orçamentária.

76 Perdas por indenizações ou por catástrofes não devem ser consideradas custos.

Julgue os seguintes itens, referentes aos atributos da informação contábil do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e às suas regras de integridade.

77 Os atributos financeiro (F) e permanente (P) utilizados na classificação do ativo e do passivo possibilita a apuração do superávit financeiro no balanço patrimonial.

78 De acordo com as regras de integridade do PCASP, é permitido um lançamento na conta imobilizado (classe 1) em contrapartida à conta variação patrimonial aumentativa (classe 4).

A respeito do tratamento contábil dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores no setor público, julgue os itens que se seguem.

79 Os restos a pagar não processados liquidados no exercício, mas que não sejam pagos, devem ser transferidos para os restos a pagar processados.

80 Caso o direito do reclamante só aconteça após o encerramento do exercício correspondente, não caberá seu reconhecimento como despesas de exercícios anteriores.

No primeiro exercício financeiro já encerrado em uma entidade do setor público, os seguintes eventos foram contabilizados:

a) aprovação da lei orçamentária anual no valor de $ 300 mil;
b) lançamento de impostos no valor de $ 200 mil, tendo sido arrecadados $ 120 mil;
c) empenho, liquidação e pagamento de folha de pessoal no valor de $ 120 mil;
d) contratação e recebimento de operação de crédito, a ser paga em 10 anos, no valor de $ 100 mil;
e) aquisição de veículo ambulância no valor de $ 100 mil, metade paga a vista e metade inscrita em restos a pagar;
f) recebimento de caução no valor de $ 20 mil.

Com base nas informações hipotéticas precedentes, julgue os itens a seguir, acerca do fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

81 O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi superavitário em $ 20 mil.

82 O resultado financeiro do exercício apurado no balanço financeiro foi superavitário em $ 70 mil.

83 O resultado patrimonial do exercício apurado na demonstração das variações patrimoniais foi superavitário em $ 100 mil.

Em relação à fonte ou destinação de recursos no setor público, julgue os próximos itens.

84 As fontes de recursos dos valores extraorçamentários devem estar sempre associadas à identificação de que o recurso é do exercício atual.

85 Ao estabelecerem detalhamentos adicionais aos códigos padronizados para as fontes e destinação de recursos, os entes da Federação devem enviar esses detalhamentos à Secretaria do Tesouro Nacional por meio da Matriz de Saldos Contábeis.

Julgue os itens a seguir, com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP.

86 Na elaboração e divulgação dos relatórios contábeis de propósito geral, as entidades do setor público, abrangendo os governos federal, estaduais, municipais e distrital, bem como seus poderes, órgãos, secretarias, agências, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, devem obedecer, obrigatoriamente, à Estrutura Conceitual e às demais NBC TSP.

87 As características qualitativas da informação contida nos relatórios contábeis de propósito geral incluem materialidade, custo-benefício, relevância, comparabilidade e tempestividade.

88 O déficit ou superávit do exercício de uma entidade do setor público pode ser determinado pela comparação entre as receitas orçamentárias previstas e as despesas orçamentárias empenhadas.

89 Uma entidade do setor público, ao ter uma obrigação presente decorrente de uma decisão judicial a ela desfavorável já transitada em julgado, deve reconhecer o passivo correspondente em suas demonstrações contábeis, mesmo que o valor exato dessa obrigação ainda seja incerto e exija estimativa.

90 A seleção adequada da base de mensuração para ativos e passivos nos relatórios contábeis de propósito geral contribui diretamente para que os usuários possam avaliar o custo dos serviços prestados no período, a capacidade operacional da entidade em dar suporte à prestação de serviços futuros e sua capacidade financeira de financiar as próprias atividades.

Com base nas NBC TSP e no MCASP (11.ª edição), julgue os itens que se seguem.

91 A mensuração dos estoques deve ser sempre realizada pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, adotando-se o menor entre esses dois valores, independentemente da forma como foram adquiridos os estoques.

92 Uma entidade do setor público não é obrigada a reconhecer em suas demonstrações contábeis itens de patrimônio cultural, contudo, caso opte por reconhecê-los, deverá obrigatoriamente aplicar as exigências de divulgação das NBC TSP relativas ao ativo imobilizado.

93 Quando uma entidade do setor público adquire um ativo intangível por transação sem contraprestação, tal como a cessão de obras pessoais de um ganhador do prêmio Nobel, o custo inicial é o seu valor justo na data de aquisição, o que equivale à reavaliação desse ativo.

94 Suponha que uma entidade do setor público possua um ativo cujos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços sofram uma diminuição tão significativa que a perda exceda o reconhecimento sistemático da depreciação já contabilizada. Nesse caso, a entidade deve desconsiderar esse ativo para efeito de redução ao valor recuperável.

95 No cálculo do valor em uso de um ativo gerador de caixa, a entidade do setor público deve incorporar, além da estimativa dos fluxos de caixa futuros e o valor do dinheiro no tempo, as expectativas sobre possíveis variações nos fluxos de caixa, o preço pela incerteza inerente ao ativo e outros fatores de mercado que afetem a precificação desses fluxos.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com as NBC TSP, o MCASP (11.ª ed.), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei n.º 4.320/1964.

96 Considere que uma entidade do setor público tenha vendido um imóvel que era originalmente parte do seu ativo imobilizado, mas que, antes da venda, era mantido para aluguel a terceiros. Nesse caso, tanto os fluxos de caixa da venda do imóvel quanto os recebimentos de aluguéis devem ser classificados como provenientes de atividades de investimento.

97 A NBC TSP que trata da apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis permite que, mesmo existindo orçamentos separados aprovados e publicados para entidades ou atividades que compõem as demonstrações contábeis consolidadas, esses orçamentos individuais sejam conjugados para apresentação nas demonstrações contábeis.

98 Uma entidade do setor público não pode exercer controle sobre outra entidade que tenha poderes estatutários para operar de forma independente, pois a independência legal impede a primeira de direcionar as políticas da segunda.

99 Para fins de apuração da despesa total com pessoal, conforme a LRF, considera-se a despesa realizada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores, devendo ser adotado o critério de empenho realizado como regime primário de reconhecimento.

100 Considere que um governo estadual destine dotações orçamentárias para a aquisição de um edifício já construído, a fim de instalar novas secretarias, e para o aumento da sua participação acionária em um banco estatal existente, sem que essa operação resulte em ampliação do capital social do banco. Nessa situação, as referidas dotações devem ser classificadas como inversões financeiras.

Julgue os seguintes itens, relativos aos instrumentos de planejamento, execução e controle orçamentário.

101 As metas e diretrizes do plano plurianual (PPA) podem ser alteradas diretamente pelo Poder Executivo no decorrer de sua vigência, por meio de medidas provisórias, desde que as alterações sejam justificadas pelo acompanhamento da execução orçamentária.

102 A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) deve estabelecer os critérios para a elaboração da LOA, incluídos os limites para a estruturação dos programas em ações e metas, de forma a garantir a integração e a coerência desses instrumentos.

103 Na abertura de crédito especial para a execução de política pública não prevista no orçamento original, deve-se identificar sua fonte de financiamento e discriminar a natureza da despesa, incorporando-a à classificação orçamentária.

No que se refere às alterações orçamentárias e à sua articulação com outros aspectos da execução orçamentária, julgue os itens subsequentes.

104 Ao longo do processo orçamentário federal, a atuação do Congresso Nacional limita-se à modificação e à aprovação do projeto de LOA, não lhe cabendo intervir no PPA ou na LDO.

105 Para que se promova a descentralização orçamentária entre órgãos de um mesmo ente federativo, exige-se a manutenção da classificação funcional original da despesa, permitindo-se, entretanto, alterações na classificação econômica se houver justificativa aprovada pela autoridade responsável.

106 A abertura de créditos extraordinários pelo Poder Executivo estadual com vistas à execução de despesas relacionadas à manutenção de prédios públicos atingidos por intempéries sazonais pode ser realizada sem autorização legislativa prévia, desde que tais despesas sejam compatíveis com a LDO.

A respeito de planejamento, execução e controle do orçamento público, julgue os próximos itens.

107 As despesas financiadas por recursos vinculados a convênios firmados entre entes da Federação, ainda que de natureza específica, podem ser classificadas na programação orçamentária do órgão executor sem a discriminação da origem específica de tais receitas.

108 A destinação de receitas vinculadas, como aquelas previstas em convênios celebrados entre entes federativos, não pode ser alterada por decreto, mesmo que devidamente justificada, devendo ser respeitada a finalidade originalmente pactuada, em observância ao princípio da indisponibilidade do interesse público.

109 O orçamento-programa exige que a estrutura programática do orçamento público estabeleça a vinculação entre as metas a serem alcançadas e os recursos alocados, o que o caracteriza como uma abordagem voltada para resultados.

110 No sistema de planejamento e orçamento federal brasileiro, o plano plurianual (PPA) desempenha o papel de instrumento estratégico orientador das políticas de governo, vinculando obrigatoriamente as metas estabelecidas a programas de governo que possam ser monitorados quanto à execução física e orçamentária.

Acerca das receitas públicas, julgue os itens a seguir.

111 A receita pública é constituída pelos ingressos que, além de integrarem o patrimônio público de forma definitiva, não resultam de operações de crédito, sendo destinada ao custeio das despesas públicas e à realização de investimentos.

112 O lançamento da receita pública constitui o ato por meio do qual se identifica o contribuinte, calcula-se o valor devido e formaliza-se a obrigação de pagar, configurando estágio posterior ao recebimento.

113 A inscrição em dívida ativa constitui receita pública, pois representa o ingresso efetivo de recursos financeiros nos cofres públicos oriundos da cobrança judicial de créditos tributários ou não tributários.

114 Na inscrição em dívida ativa tributária, caso ocorra erro formal que não cause prejuízo à defesa do contribuinte, a certidão permanece válida para fins de execução fiscal, podendo o vício ser sanado a qualquer tempo pelo fisco, sem necessidade de cancelamento e reinscrição do débito.

Julgue os itens seguintes, relativos ao conceito, à classificação, aos estágios e às especificidades da despesa pública no Brasil.

115 A dívida fundada compreende os compromissos assumidos cuja exigibilidade ultrapassa o exercício financeiro, incluídos os restos a pagar processados e não processados.

116 O estágio da liquidação da despesa consiste no reconhecimento da obrigação do Estado perante terceiros, com base em título e contrato, e compreende a verificação do direito adquirido pelo credor.

117 O suprimento de fundos constitui modalidade de execução da despesa pública, sendo vedada sua utilização para o custeio de despesas com diárias, passagens ou serviços extraordinários prestados por servidores em caráter eventual.

118 A dívida flutuante corresponde ao conjunto de obrigações de curto prazo assumidas pelo ente público, entre as quais se incluem restos a pagar não processados, depósitos de terceiros e débitos de tesouraria; diferentemente da dívida fundada, a rolagem ou refinanciamento da dívida flutuante prescindem de autorização legislativa específica.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

119 A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, com prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

120 De acordo com a LRF, os entes da Federação devem assegurar ampla transparência na gestão fiscal, com a disponibilização de informações em meios eletrônicos de acesso público, inclusive sobre dívida consolidada, restos a pagar e renúncias de receita.

Espaço livre